

# UMA ECONOMIA POLÍTICA DA REFORMA ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

Marc De Tollenaere

*“Como é que uma pessoa pode perder umas eleições que ela própria organiza?”*

Reacção de Mobutu Sese Seko à derrota de Kenneth Kaunda nas primeiras eleições multipartidárias na Zâmbia em 1991.

A reforma eleitoral tem sido uma característica permanente da política moçambicana desde a introdução das eleições multipartidárias em 1994. O pressuposto subjacente foi sempre o de que estas sucessivas reformas consolidariam a democracia moçambicana; que eleições transparentes, livres e justas seriam essenciais para pacificar a concorrência política; e que as eleições dariam a todos os cidadãos moçambicanos uma voz e uma representação significativas no processo político. Desde as eleições de 1994 houver sempre discussões permanentes sobre a legislação que rege as eleições. Foram aprovados novos “pacotes eleitorais” antes de todos os ciclos eleitorais: 1997-98, 2003, 2007-08, 2013. Porém, apesar de todas as negociações e reformas, as eleições continuam a ser uma fonte de conflito (e até mesmo razão para voltar ao conflito violento), e a maioria dos potenciais eleitores virou as costas às eleições desde 2004. Este artigo tenta explicar por que razão as eleições não se tornaram os alicerces da democracia em Moçambique. O artigo reflecte também sobre alguns elementos que podem alterar o padrão actual.

## PORQUÊ REFORMAS ELEITORAIS PERMANENTES?

As bases do actual sistema eleitoral são a Constituição aprovada em 1990 pela Assembleia Nacional da Frelimo e o Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992. O Protocolo II trata dos partidos políticos e o Protocolo III, Capítulo V, define o sistema eleitoral. O AGP está em consonância com o conteúdo da Constituição, mas vai muito além desta, ao introduzir, por exemplo, o princípio da proporcionalidade nas eleições para a Assembleia

Nacional e ao determinar a criação de uma Comissão Nacional de Eleições (CNE)<sup>1</sup>. Nuvunga & Salih (2013) explicam como a Frelimo assumiu e manteve a liderança da transição democrática no momento crítico em que esta foi definida (1990-1994). A Frelimo construiu um equilíbrio de poder na governação eleitoral que penderia (e continuaria a pender) a seu favor. Após quatro anos (1990-1994) de tomada de posições e estratégias políticas, a Frelimo e o seu candidato presidencial ganharam as primeiras eleições competitivas. Nuvunga & Salih (2013: 33) afirmam que as primeiras eleições multipartidárias criaram uma dupla herança: (i) a natureza institucional da CNE (composição dinâmica; politizada; não profissionalizada) e (ii) o abuso do enquadramento legal e regulatório da administração eleitoral. Donno (2013: 705), por sua vez, reitera essa alegação:

*A estrutura da economia, as heranças do colonialismo e as escolhas da elite durante o primeiros anos do regime determinam crucialmente a sua capacidade de consolidar o poder a longo prazo.*

A Renamo aceitou os resultados pela primeira e última vez. Depois disso, boicotou as primeiras eleições municipais em 1998, deixando à Frelimo o controlo total de todos os municípios. A Frelimo entrou confiante nas eleições nacionais de 1999, mas viu-se perante o seu maior desafio eleitoral quando a reduzida margem entre Chissano e Dhlakama suscitou vigorosas acusações de fraude. A Frelimo perdeu alguns municípios em 2003, 2008 (apenas Beira) e 2013, mas, nas eleições gerais, ganhou com margens substanciais. Apesar de ter sido claramente documentada a ocorrência de fraude durante as três últimas eleições, a legitimidade da Frelimo para governar não foi fundamentalmente posta em causa, pois “o nível de irregularidades não afectaria o resultado final”<sup>2</sup>.

Os problemas ocorridos são múltiplos, dinâmicos e estão bem documentados<sup>3</sup>: enchimento de urnas; problemas com os cadernos eleitorais; exclusão das assembleias de voto do apuramento; falsificação de folhas de resultados; anulação de votos válidos; exclusão de candidaturas; etc. De cada vez, a conclusão era, pois, que (na sua maioria) esses problemas se poderiam resolver melhorando a legislação.

A alteração da legislação é uma prerrogativa da Assembleia da República, onde a Frelimo mantém a maioria desde 1994, e de que tem, portanto, firme controlo. Durante as duas primeiras rondas de reforma eleitoral (1997 e 2001-2003), a Frelimo engajou-se voluntariamente num processo consensual: o resultado deveria ser acordado por ambas as partes. Esta estratégia fez a Renamo adoptar a lógica de introduzir “democracia do topo para as bases” (Nuvunga

<sup>1</sup> É digno de nota que a Constituição de 1990 previa órgãos representativos eleitos em todos os Órgãos Locais do Estado. Esta disposição foi cuidadosamente reinterpretada depois das eleições de 1994.

<sup>2</sup> Isto tornou-se já uma expressão *standard* em Moçambique, ignorando completamente o facto de a fraude repetida pôr em causa a credibilidade das eleições. Será esta a causa da enorme abstenção?

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, a cobertura de todas as eleições pelo *Mozambique Political Process Bulletin*.

& Salih, 2013), porque julgou que isso lhe traria vantagens. Na realidade, foi apanhada numa armadilha de minoria. Negociação após negociação, as partes acabaram por assentar num acordo que assegurava a continuação de um firme controlo da Frelimo das deliberações dos órgãos da administração eleitoral a todos os níveis, mesmo que a maioria dos membros da CNE fosse indicada pela sociedade civil. Os procedimentos vagos de selecção e nomeação permitiriam efectivamente a dominação por parte do partido no poder.

Houve um significativo ponto de viragem na relação entre a Frelimo e a Renamo quando a Frelimo decidiu aprovar um novo pacote eleitoral com a sua própria maioria. Desde as negociações do AGP que as questões eleitorais eram negociadas e acordadas entre os dois principais partidos, mesmo quando, após as eleições de 1994, isso já não era formalmente necessário. As discussões centravam-se, sem excepção, na composição da CNE, e acabava-se por se chegar a um compromisso (como aconteceu em 1997 e 2003). Estimulada por um forte desempenho eleitoral em 2004 (e pelo enfraquecimento da Renamo), a Frelimo cessou, em 2007, as negociações que vinha mantendo há um ano e aprovou unilateralmente um novo pacote eleitoral de legislação. Isto veio alterar a natureza das relações entre os dois partidos e pode ser considerado o início de um período em que a linguagem e as posições se foram gradualmente tornando mais radicais de ambos os lados. A Renamo perdeu os seus direitos de co-parenteio relativamente à democracia moçambicana. Ainda assim, a reforma eleitoral continuou a fazer parte da agenda política. Após as eleições de 2009, os doadores chegaram até a condicionar a continuação do apoio orçamental a um compromisso por parte do Governo de realização de uma reforma eleitoral. Como pôde a reforma eleitoral manter-se tanto tempo no topo da agenda política? Porque a comunidade internacional e a sociedade civil a consideraram “a” maneira de impedir o retorno a conflitos violentos resultantes de disputas eleitorais, a melhor maneira de promover ou aprofundar a democracia em Moçambique, a única maneira de eliminar as imperfeições de uma democracia emergente e criar confiança entre os arqui-rivais. A Renamo tentou defender a herança do Acordo de Paz em que as questões eleitorais tinham de ser acordadas com ela. A reforma eleitoral confere-lhe um estatuto que, como minoria impotente que é, não tem noutras matérias de definição de políticas (excepto as alterações à Constituição), e parece ter havido uma firme convicção de que obtendo da Frelimo as concessões suficientes aumentaria as suas hipóteses de ganhar as eleições seguintes. Ao participar repetidamente na reforma eleitoral, a Frelimo podia mostrar a sua boa vontade, a sua abertura e o seu empenho na melhoria do sistema existente.

Entretanto, a afluência às urnas baixou drasticamente. Em 1994, votaram oito em cada dez moçambicanos com direito a voto; a partir de 2004, esse número baixou para cerca de quatro em cada dez. Esse nível de participação está bem abaixo das médias da região. Além disso, um estudo recente do IESE (Brito, 2016: 12) mostrou que a abstenção na faixa etária dos 18 aos 34 anos é, em média, 50% mais elevada do que entre os eleitores mais velhos. Ao mesmo tempo, a confiança do público na CNE foi diminuindo gradualmente, de 72% em 2005/2006 para

48% em 2014/2015 (Penar *et al.*, 2016). Esta é uma das mais acentuadas quedas dos 32 países estudados em África (Afrobarómetro 2016). Verifica-se uma diminuição igualmente acentuada na percepção da liberdade e justiça eleitorais, de 77% em 2005 para 52% em 2015<sup>4</sup>. Booth (2012: 48) conclui também que a insatisfação com o partido no poder é muitas vezes expressa como insatisfação com instituições democráticas.

No Índice de Integridade Eleitoral (PEI) (Grömping & Coma, 2015), Moçambique tem uma pontuação abaixo da média africana em todas as onze subdimensões, com as maiores discrepâncias (portanto, pontuação mais fraca) relativamente a contagem de votos, resultados e autoridades eleitorais. Apesar das reformas eleitorais quase permanentes e do “bom aconselhamento” repetido por observadores e especialistas eleitorais, alguns problemas nunca chegaram a ser resolvidos: o processo de apuramento continua a ser excepcionalmente longo e pouco transparente, os procedimentos de apelação e contestação não funcionam na prática, a impunidade continua a prevalecer e os órgãos de administração eleitoral são politizados em vez de serem neutros. Houve missões de observação e artigos dos meios de comunicação social<sup>5</sup> que identificavam e expunham estas fraquezas estruturais nos processos eleitorais de Moçambique, mas o tom prevalente foi que as deficiências não tinham uma escala e um impacto suficientes para afectarem os resultados oficiais.

A questão essencial que aqui se põe, todavia, não é o impacto que a fraude e a má conduta têm tido nos resultados, mas sim o efeito adverso que tiveram sobre o empenhamento dos cidadãos nos processos eleitorais. As percepções de 2016 do Índice de Integridade Eleitoral (PEI) dão a Moçambique uma pontuação geral de 35, contra 48 em 2014. Moçambique está agora na 146.<sup>a</sup> posição entre 158 países (Norris & Grömping, 2017). A última pesquisa do Afrobarómetro (Isbell, 2017) mostra que o número de cidadãos que têm uma percepção das eleições como estas não sendo livres nem justas ou sendo livres e justas mas com grandes problemas mais do que triplicou entre 2008 (11%) e 2015 (35%). A falta de confiança nas autoridades eleitorais aumentou de 17% em 2005 para 38% em 2015. Mais importante ainda, o apoio popular à democracia foi gradualmente ganhando terreno entre 2002 (54%) e 2012 (63%), mas reduziu-se drasticamente entre 2012 e 2015: de 63% para 45%. A conclusão final de todas estas cifras é que cerca de quatro em cada dez moçambicanos adultos ainda acreditam em eleições, mas os outros deixaram de participar. Cheeseman (2017) pôs a questão desta forma:

*Em países onde partidos rivais ainda não chegaram a pleno acordo sobre como se devem realizar as eleições e em que o resultado das eleições anteriores continua a ser controverso, as eleições enfraquecem a noção de que o Estado é neutro e actua no interesse dos cidadãos.*

<sup>4</sup> *Afrobarometer*, N.º 35, op. cit. página 12.

<sup>5</sup> Ver em particular a cobertura sistemática de todos os processos eleitorais no *Mozambique Political Process Bulletin*, editado por Joseph Hanlon.

## PORQUE É QUE AS REFORMAS NÃO CRIARAM ESTABILIDADE ELEITORAL E APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA?

Moçambique enquadra-se no que Schedler denomina como um regime autoritário eleitoral:

*... regimes autoritários eleitorais estabelecem eleições plurais como percurso oficial para o poder, não (...) estabelecem a competição eleitoral como único jogo aceitável. Ao mesmo tempo que instituem o jogo eleitoral (a disputa por votos), introduzem dois metajogos simétricos: o jogo da manipulação autoritária, no qual os partidos no poder procuram controlar os resultados da competição eleitoral, e o jogo da reforma institucional, em que os partidos da oposição procuram dismantelar as restrições não democráticas que prejudicam a sua luta pelos votos. As eleições autoritárias não são, portanto, jogos convencionais, em que os jogadores competem dentro de um determinado quadro institucional, conhecido, aceite e respeitado por todos. São jogos fluidos, adaptáveis e disputados, cujas regras básicas os jogadores tentam redefinir durante a disputa do próprio jogo, (...) e a interação estratégica dentro das regras se faz paralelamente à interação estratégica sobre as regras. A luta partidária pelos votos está inserida numa luta partidária pelas condições fundamentais do voto (Schedler, 2006: 12-13).*

As eleições autoritárias não são monolíticas. Variam muitíssimo, indo de eleições relativamente livres e justas a eleições altamente restritas. As variáveis que determinam as diferenças são a adaptabilidade e a coesão do partido no poder; o carácter da oposição (desistente ou não, violenta ou não, coordenada ou não); e os recursos disponíveis a todos as partes (Lebas, 2014: 19). Estas variações afectam diferentemente o comportamento dos participantes, pelo que a dinâmica ao nível micro dos regimes autoritários eleitorais difere de caso para caso (Gandhi & Lust-Okar, 2009: 402). Isso explica as características diferentes que se observam, digamos, na Namíbia, na Tanzânia e em Moçambique, mas, nos três casos, as eleições servem principalmente para perpetuar o domínio do partido no poder e são também, como tal, geridas<sup>6</sup>. A capacidade de definir e violar as regras da competição política é uma pedra angular de uma dominação duradoura.

A estratégia de um regime autoritário eleitoral é “colher os frutos da legitimidade eleitoral sem correr o risco de incerteza democrática” (Magaloni, 2007: 2). Magaloni descreve também o equilíbrio autocrático como trágico e brilhante ao mesmo tempo:

<sup>6</sup> Quando parecia que o CCM estava a perder as eleições em Zanzibar, em Outubro de 2015, o apuramento foi interrompido e as eleições foram anuladas. Foi organizada uma segunda votação, boicotada pela oposição. Resultado final: o CCM tem pleno controlo executivo e legislativo em Zanzibar.

*trágico porque os autocratas usam os instrumentos da democracia para sustentar o seu regime, e brilhante porque as elites e os eleitores do partido da oposição acabam por desempenhar um papel activo na manutenção do equilíbrio* (Magaloni, 2007: 7).

O facto de a Frelimo ter conseguido liderar a transição democrática desde a sua fase inicial, manter-se na liderança e manter a Renamo bloqueada nos seus próprios termos resultou em instituições eleitorais reféns da competição entre a Frelimo e a Renamo, não se desenvolvendo como árbitro independente da concorrência política.

De forma brilhante, a Frelimo convenceu a oposição, a sociedade civil e a comunidade internacional de que a reforma eleitoral era uma procura constante da democratização do sistema político. Na realidade, tinha como função essencial manter o controlo, garantir a dominação, manter no jogo a oposição. Mas as eleições não serviram apenas para o fim de controlar o terreno de jogo exterior. Desde o choque eleitoral de 1999, a corrida a cada novo ciclo eleitoral também tem servido cada vez mais como processo para resolver a competição interna entre elites dentro da Frelimo<sup>7</sup>. É a competição interna que determina o acesso ao poder e, portanto, o acesso aos recursos. A Frelimo precisa dos ciclos eleitorais para continuar o processo de acordos políticos internos, essencial para manter a unidade.

*A capacidade de mediação intra-elite do partido no poder é particularmente importante em cenários não democráticos, em que a manutenção da dominação depende da coesão do regime* (Brownlee, 2004: 5).

Assim, as eleições não são exercícios pró-forma ou meros rituais de aclamação, são o palco central da disputa, porque o regime segue a primazia da legitimação popular e as eleições determinam o jogo político, os seus actores e as respectivas estratégias (Schedler, 2006: 12). Determinam uma cultura política que reforça a posição dos partidos dominantes (Doorenspleet & Remke, 2013: 16): a Frelimo adquire uma aura de invencibilidade; muitos cidadãos sentem que é inútil votar, porque, de qualquer forma, já se sabe quem é o vencedor. Essa cultura política também impede o surgimento de novas iniciativas políticas: para quê travar uma batalha perdida? No seu estudo comparativo de 35 regimes de partido dominante entre 1975 e 2000, Brownlee (2004: 2) descobriu que as eleições manipuladas reforçam a posição dos partidos dominantes no poder, porque desincentivam a participação e a competição.

---

<sup>7</sup> Ironicamente, as eleições internas são também ensombradas por denúncias de fraudes no apuramento e compra de votos.

## O QUE PODERIA CAUSAR UMA MUDANÇA?

Um quarto de século de reforma eleitoral contribuiu para o que Schedler (2006) descreve como autoritarismo eleitoral. As eleições não têm constituído os alicerces de uma maior democratização, têm antes sido o alicerce da contínua dominação pela Frelimo das esferas política e económica. Tem havido alternância de poder em vários municípios, mas, a nível nacional, está firmemente estabelecida a hegemonia eleitoral da Frelimo. As cinco eleições foram ganhas com dois a três milhões de votos. O voto em Dhlakama (a Renamo, como partido, teve sistematicamente votações inferiores) varia entre os 0,6 milhões (2009) e os 2,1 milhões (1999). Durante as três últimas eleições, a diferença entre os dois principais candidatos foi de um milhão de votos ou mais. Se a Frelimo puder manter o actual sistema eleitoral e puder manter o seu apoio eleitoral, nada lhe poderá correr mal num futuro previsível. Mas isso são duas vezes “se”.

Até agora, a Frelimo foi forçada a aceitar modificações no sistema eleitoral de que não teria tomado a iniciativa (por exemplo, representantes partidários a todos os níveis do STAE), em algumas eleições municipais teve de aceitar a derrota (em 1999, escapou por pouco), e defronta-se novamente com desafios, por exemplo em relação à possível eleição de governadores provinciais. Mostra, pelo menos, que manter o controlo sobre o sistema eleitoral nunca é infinito. Tem de ser activamente preservado e requer uma vigilância e uma intervenção constantes. Os limites legais já foram e voltarão a ser violados, mas só em parte e com uma subtilidade que garante reconhecimento internacional e legitimidade. As eleições são condimentadas, mas não demasiado picantes.

Tal como fez relativamente aos desafios anteriores, a Frelimo assegurar-se-á de que não serão introduzidas alterações ao sistema eleitoral que possam complicar os resultados das eleições. A essência do sistema será preservada. O PRI perdeu o seu domínio no México, entre outras coisas, porque foi forçado a concordar com reformas eleitorais que fizeram das instituições eleitorais mexicanas das mais robustas e avançadas do mundo<sup>8</sup>. O segundo “se” é mais difícil. Há poucas dúvidas de que o eleitorado da Frelimo já não está imbuído de convicções ideológicas. Foi construída uma vasta rede clientelista que rende até três milhões de eleitores. Apesar de grandes esforços em campanhas, total controlo dos recursos do Estado e intimidação mais ou menos dissimulada ou aberta, o partido no poder não consegue mais de três milhões de votos. O clientelismo revelou-se uma base fiável para dominar as eleições, mas é também um calcanhar de Aquiles. São imprevisíveis os efeitos de uma erosão da capacidade de sustentar a rede clientelista existente. No seu estudo comparativo sobre como os partidos dominantes perdem poder, Greene (2010) identifica como causa fundamental uma perda de acesso aos

<sup>8</sup> O PRI teve de formar um governo de coligação para permanecer no poder com um pequeno partido da oposição, mas, em troca, teve de aceitar mudanças sistémicas na administração eleitoral.

recursos do Estado. Em Moçambique, a ajuda externa diminuiu, a carga da dívida é elevada e comprime o Orçamento do Estado, várias empresas estatais passam por crises de liquidez, as notações de crédito estão baixas, limitando o acesso ao crédito comercial; os funcionários públicos perderam privilégios, o conflito armado interno absorveu recursos, o custo de vida aumentou, a qualidade e quantidade dos serviços estão sob maior pressão do que antes. Em suma, há menos recursos para manter os clientes satisfeitos e torna-se mais difícil convencer um número suficiente de cidadãos de que podem contar com o partido no poder para melhorar o seu nível de vida.

Trata-se aqui de um novo desafio para a Frelimo, pelo menos na era multipartidária, e que pode ser muito mais difícil de controlar do que a administração das eleições. A economia política da reforma eleitoral é benigna para o partido no poder, mas a economia política do seu clientelismo pode revelar-se diferente. A ausência de rivais no acesso aos recursos do Estado significa que não são necessárias fraudes que alterem os resultados nem repressão violenta para manter o domínio (Greene, 2010). No entanto, uma redução repentina e considerável de recursos pode forçar o partido no poder a voltar a essas medidas mais radicais.

Podem conceber-se vários cenários, mas considera-se que os mais pertinentes neste contexto são os seguintes:

- Um número suficientemente elevado de eleitores permanece fiel, apesar das dificuldades, porque considera que a Frelimo continua a ser a melhor aposta a médio prazo; os eleitores permanecem fiéis aguardando benefícios de recursos naturais.
- Os eleitores abandonam o partido (não necessariamente para a oposição – também podem abster-se) e será preciso assegurar de uma maneira menos subtil resultados eleitorais favoráveis.
- Na ausência (temporária) de recursos para manter uma rede de clientes suficientemente grande, o regime volta à repressão. Desde os protestos populares de 2010 – verdadeiramente chocantes para a elite dominante –, a repressão tem aumentado: investimento em equipamento e treino de forças policiais especializadas; exibição pública de poder repressivo em manifestações pacíficas; intimidação; agressões politicamente motivadas à integridade física dos cidadãos; e assassinios. Se comparamos com outros países, o regime ainda tem aqui uma margem de manobra.

É famoso o aforismo escrito por Einstein, segundo o qual “é improvável um problema ser resolvido por aqueles que o criaram”. Isso significa que a reforma eleitoral que aprofunda a democracia (todas as partes aceitam as regras do jogo; há muito mais transparência e um terreno de jogo mais nivelado) provavelmente não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, como nos têm feito crer nos últimos 20 anos.

Dada a economia política das eleições em Moçambique, é altamente improvável que a reforma eleitoral tenha como resultado um aumento da democratização. Tem havido alternância de

poder em alguns municípios, mas, no geral, o actual sistema eleitoral conseguiu manter a supremacia da Frelimo. Isso não significa que todos os esforços para mudar as regras do jogo sejam completamente supérfluos e insignificantes. As regras do jogo e a procura de alterações a essas regras fazem parte integrante da forma de autoritarismo eleitoral que existe em Moçambique. O que aqui se argumenta é que a forma moçambicana de autoritarismo eleitoral visa fundamentalmente reproduzir o poder do partido dominante e a reforma eleitoral faz parte integrante dessa função.

A reforma eleitoral não alterará a natureza do autoritarismo competitivo em Moçambique (tanto dentro do partido no poder como relativamente à oposição). Este autoritarismo poderá mudar devido a uma crise de sucessão dentro do partido no poder que leve a uma deserção significativa e/ou devido a uma crise de recursos que reduza os meios necessários para sustentar o clientelismo político de uma fracção suficientemente grande do eleitorado (neste caso, cerca de três milhões de eleitores).

## REFERÊNCIAS

- Booth, D. (2012). Development as a collective action problem: Addressing the real challenges of African governance. *African Power and Politics Synthesis Report*. Londres., ODI.
- Brito, L. de (2008). *Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Discussion Paper n° 4.
- Brito, L. de (2009). Sobre a transparência eleitoral. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeLAS* n°20.
- Brito, L. de (2011a). Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeLAS* n° 38.
- Brito, L. de (2011b). Revisão da Legislação Eleitoral Algumas propostas para o debate. In: Luís de Brito *et al.* (orgs). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. 91-107.
- Brito, L. de (2010). O sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: Luís de Brito *et al.* (orgs). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, IESE. 17-29.
- Brito, L. de (2016). Rever o sistema eleitoral. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeLAS* n°83.
- Brito, L. de (2016). *2014 – Um Inquérito sobre Abstenção*. Maputo: IESE.
- Brownlee, J. (2004). Ruling parties and durable authoritarianism. *CDDRL Working Papers*, 23. Stanford: Center on Democracy, Development, and The Rule of Law.
- Chaimite, E. (2016). Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos *IDeLAS* Boletim No. 92.
- Cheeseman, N. (2017). Are elections bad for you? *Blogpost*.
- Donno, D. (2013). Elections and democratization in authoritarian regimes. *American Journal of Political Science*, 57 (3), 703-716.
- Nijzink, Lia & Doorenspleet, Remke (eds.) (2013). *One-Party Dominance in African Democracies*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Gandhi, J. & Lust-Okar, E. (2009). Elections under authoritarianism. *The Annual Review of Political Science*, 12, 403-422.
- Greene, K.F. (2010). The political economy of authoritarian single-party dominance. *Comparative Political Studies*, 43 (7), 807-834.
- Greene, K. F. (2013). The political cost of privatization: Why democratic and authoritarian dominant parties meet their doom, in, *DE JAGER Nicola & DU TOIT Pierre, Friend or Foe? Dominant Party Systems in Southern Africa. Insights from the developing world*, UCT Press, pp. 23-49.

- Grömping, M. & Coma, F.M. (2015). *Electoral Integrity in Africa*. Policy Report. Sydney: The Electoral Integrity Project.
- Isbell, T. (2017). A no-confidence vote? Mozambicans still vote, but faith in democracy is slipping. *Afrobarometer*, 139.
- Lebas, A. (2014). The sources of dominant-party survival & defeat in Africa. *The Dominant Party Systems Conference*. University of Michigan.
- Magaloni, B. (2007). *Elections Under Autocracy and the Strategic Game of Fraud*. Stanford: Stanford University Press.
- Mahoney, J. (2001). *Path-Dependent Explanations of Regime Change: Central America in Comparative Perspective, Studies in Comparative International Development*, Spring 2001, Vol. 36, NO. 1, pp. 111-141.
- Melber, H. (2010). *The legacy of Anti-Colonial Struggles in Southern Africa: Liberation Movements as Governments*, Paper presented to the Conference on Election Processes, Liberation Movements And Democratic Change in Africa Organized by IESE and CMI, Maputo, 8-11 April 2010.
- Norris, P. & Grömping, M. (2017). *Populist threats to Electoral Integrity: the year in elections, 2016-2017*. Sydney: The Electoral Integrity Project.
- Nuvunga, A. & Salih, M.M.A. (2013). Party dominance and electoral institutions: framing Frelimo's dominance in the context of an electoral governance deficit 5. *Africa Review*, 5 (1), 23-42.
- Olsson, M. (2011). *Explaining Regime Persistence in Khazakstan and Tanzania: Dominant Party Strategy and Neo-Patrimonialism*, Paper presented at ECAS Conference in Uppsala, 15-18 June 2011.
- Penar, P., Aiko, R., Bentley, T. & Han, K. (2016). Election quality, public trust are central issues for Africa's upcoming contests. *Afrobarometer*, 35.
- Schedler, A. (2006). *Electoral Authoritarianism. The Dynamics of Unfree Competition*. Boulder: Lynne Rienner.
- Templeman, Kharis (2014). *The Origins of Dominant Parties*, Paper prepared for the Dominant Party Systems Conference, May 9-10 2014, University of Michigan.